

# Inclusão Total e Alunos com Autismo

Full inclusion and students with autism

Journal of Autism and Developmental Disorders, Vol. 26, Nº3, 2005.

Gary Mesibov  
Victoria Shea

Resumo e Comentário por Ana Maria S. Ros de Mello e Rebeca Costa e Silva

Recentemente, a expressão inclusão total[1] surgiu na literatura de educação especial como um aperfeiçoamento de movimentos anteriores, como a integração?.

A definição de inclusão total varia. No entanto, o conceito fundamental é de que *alunos com necessidades especiais podem e precisam ser educados no mesmo contexto que seus colegas com desenvolvimento típico, com serviços de apoio adequados ao invés de serem simplesmente colocados em salas ou escolas de educação especial.*

Há um modo de pensar importante que **diferencia** a integração e movimentos semelhantes, da inclusão. No caso da integração, pensava-se que os alunos deveriam ter na escola o ambiente de educação especial como sua base educacional e que periodicamente, quando os educadores achassem que eles seriam bem sucedidos, poderiam ser inseridos em ambientes de educação regular. Na inclusão total pensa-se na sala de aula de ensino regular como sendo a base educacional e não uma colocação a ser adquirida por mérito.

De acordo com aqueles favoráveis a inclusão total, os seus benefícios são: ampliação das expectativas dos professores em relação ao potencial de aprendizagem dos alunos incluídos; modelação de comportamento pelo dos colegas normotípicos, mais aprendizagem, mais autoestima, mais atitudes acolhedoras por parte dos colegas, menos isolamento e menos estigma para os alunos com comprometimentos e suas famílias.

Com frequência, no caso da educação, *o movimento filosófico da inclusão total precede o estudo sistemático de suas hipóteses e eficácia.* E embora existam poucos estudos desta ordem, da inclusão total em si, existem diversos estudos que abordam conceitos e elementos relacionados à inclusão total, como os efeitos de salas segregadas ou integradas. No entanto, a maioria das pesquisas não teve como foco alunos com autismo e sim alunos com problemas de aprendizagem em geral.

Entre 1981 e 1996 foram levantados estudos (nos EUA) abordando a questão de inserção de alunos nas salas de aula de forma especial ou regular. Devido à diversidade dos contextos e em diferentes aspectos do desenvolvimento não foi possível perceber claramente um apoio ou não à inclusão total. Foi possível perceber algumas tendências sutis em que os programas de integração são mais favorecidos do que os de segregação, que embora com bastante diversidade, houve fortes indicações de que alguns alunos se beneficiam mais através de programas segregados parcial ou integralmente que de ambientes inclusivos. Percebe-se também que os alunos com comprometimentos leves e com menos comportamentos-problema são os que obtêm maior benefício dos ambientes mais integrados.

Quando se pensa em educar alunos com autismo, um pré-requisito é se se terá compreensão *dos comprometimentos peculiares cognitivos, sociais, sensoriais e comportamentais que caracterizam* os Transtornos Globais do Desenvolvimento. Tais como:

- Habilidades de linguagem desorganizadas e limitadas;
- Processamento sensorial atípico;
- Dificuldade em combinar ou integrar ideias;
- Dificuldade em interpretar o significado ou relação subjacente de eventos que experienciam; e
- Resistência à falta de previsibilidade e à mudança.

Os alunos com autismo precisam desenvolver o aprendizado em ambientes estruturados de acordo com as suas necessidades para minimizar o efeito de seus comprometimentos e possibilitar que as informações lhes sejam apresentadas de uma forma compreensível para eles. Muitas técnicas tradicionais utilizadas na educação regular são um tanto quanto ineficazes para alunos com autismo. Mais especificamente, não é muito produtivo, o ensino baseado na fala ou *verbalização de materiais*, por exemplo, pelo comprometimento significativo da linguagem apresentado por alunos com autismo, entre outros comprometimentos. Outro aspecto como a modelagem de comportamentos pelo dos colegas pode não trazer muitos resultados visto que alunos com autismo têm habilidades de imitação relativamente

pobres. Ou no caso de recompensas como elogios, que eles não compreendem ou são insignificantes para eles. Apesar de tais aspectos serem inerentes ao autismo, isto não significa que alunos com autismo não possam aprender, significa que para aprender precisam de planejamento individual e de técnicas especializadas.

*Além das salas de ensino regular não conseguirem se ajustar às necessidades especiais de alunos com autismo, o modelo de inclusão total pode limitar a adequação da educação que estes alunos receberiam através desse modelo.*

*O primeiro ponto da inclusão total é que o melhor lugar para os alunos é a sala de aula regular. Muitos alunos com autismo, no entanto, percebem os ambientes diferentemente de alunos com outros comprometimentos ou dos[alunos] normotípicos.* Dos sons típicos de uma sala de aula, até as figuras e cartazes coloridos, podem ser informações sensoriais excessivas para os alunos com autismo. A organização física da sala de aula pode ser muito confusa para orientar estes alunos sobre aonde dirigir-se ou o que deveriam fazer. Além disso, esta sobrecarga de informações sensoriais pode desencadear crises hetero- e/ou autoagressivas e outros comportamentos-problema. Isto nos leva a um ponto que sempre deve ser considerado ao analisar o ambiente de aprendizado para um aluno com autismo - a estrutura. A estrutura do ambiente deverá propiciar a compreensão de instruções. O ambiente pode ser manipulado [favoravelmente] das seguintes formas:

- Diminuir os níveis de sons o máximo possível;
- Criar áreas de trabalho isoladas e sem enfeites;
- Criar barreiras físicas que delimitem áreas de trabalho e lazer;
- Elaborar rotinas previsíveis;
- Instruir individualmente ou em pequenos grupos; e
- Apoiar-se na comunicação visual e gestual.

O objetivo da ênfase na estruturação adequada do ambiente é propiciar que os alunos com autismo alcancem o máximo de independência possível.

Outra questão seria a da aquisição de habilidades sociais. Aqueles que advogam a inclusão total argumentam que o único jeito de aprender tais habilidades é praticá-las na comunidade. No entanto, a maioria das pessoas normotípicas não aprende através desse modelo.

Um ponto positivo da inclusão total seria a produção de novos modelos mais adequados de apoio em salas de ensino regular para alunos que poderiam ter um bom funcionamento em tais ambientes com o apoio adequado. Não obstante, para muitos alunos com autismo, a inclusão total limitaria as opções ou possibilidades de educação. Outro ponto seria o fato de que entre si, os alunos com autismo são bem diferentes (há grandes variações de potencial cognitivo, alguns são *?explosivos?* outros são *?passivos?*), ou seja, um único modelo não seria o suficiente ou compatível com a diversidade desse transtorno entre outros.

Por fim, *o efeito geral da inclusão total será perder o continuum de serviços alcançados através de anos de reivindicação, diminuindo drasticamente ou eliminando completamente as opções de salas de ensino especial para alunos com autismo.* Outra preocupação é de que *a inclusão total, como política, desencoraja explicita e implicitamente o desenvolvimento de abordagens especializadas, enquanto as características idiossincráticas do autismo fazem com que especializações sejam essenciais.* *A inclusão total inevitavelmente encoraja estratégias mais generalizadas ao colocar alunos, independentemente de seus comprometimentos, com profissionais que precisam trabalhar com uma série de alunos, inclusive alunos normotípicos.* Assim, embora a inclusão total seja plausível, nem a literatura científica ou uma análise da natureza do autismo apóiam a eliminação de ambientes de aprendizado menores, altamente estruturados para determinados alunos com autismo.

---

[1] <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>

Uma observação muito importante sobre os resumos e comentários de artigos que foram e são realizados e disponibilizados no portal da AMA é de que todo o conteúdo dos mesmos ou as ideias provêm do artigo em questão, salvo quando houver indicação(ões) de outro material; e que também, quando cabível os autores do resumo e comentário acrescentam perspectivas e reflexões com base nos dados, conceitos, dentre outros, proposto pelo(s) autor(es) dos artigos. Por fim, quando há uma tradução de uma expressão, fala ou ideia dos últimos, esses trechos são colocados em *itálico*.